



**REFLEXÕES, PROPOSIÇÕES E
DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO
DO CONHECIMENTO
ACADÊMICO E CIENTÍFICO
NO BRASIL: 2022**

Carla Dendasck

Cláudio Alberto Gellis de Mattos Dias

Reza Nassiri

Organização

Reflexões, proposições e desafios na construção
do conhecimento acadêmico e científico no
Brasil [livro eletrônico] / organização
Carla Dendasck, Claudio Alberto Gellis,
Reza Nassiri. -- 1. ed. -- São Paulo :
CPDT, 2022.
HTML.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-996464-3-0

1. Ciência da informação 2. Conhecimento
3. Pesquisa científica 4. Publicações científicas
I. Dendasck, Carla. II. Gellis, Claudio Alberto.
III. Nassiri, Reza.

22-140707

CDD-020

DOI: [10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/livros/604](https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/livros/604)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PARTE I – REFLEXÕES

1.1 COMO SE CONSTRÓI O CONHECIMENTO?

Marina Matos de Moura Faíco

1.2 O CONHECIMENTO BÁSICO QUE NÃO ESTÁ NA BASE

Bruno Marcos Nunes Cosmo

1.3 AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E SUAS ORIGENS: DA CONCEITUAÇÃO AOS EQUÍVOCOS

Michele Aparecida Cerqueira Rodrigues

1.4 EM DEFESA DO DIÁLOGO NO FAZER CIENTÍFICO INTERDISCIPLINAR: PROVOCAÇÕES À PSICOLOGIA

*Antonio Luiz da Silva
Diana Sampaio Braga*

1.5 OS ECOSISTEMAS COMUNICACIONAIS: UMA PEDAGOGIA DA DIALOGICIDADE DEMOCRÁTICA NOS ESPAÇOS ESCOLARES

Tiago Silvio Dedoné

1.6 INTERSECÇÕES ENTRE A COMUNICAÇÃO E A EDUCAÇÃO: TECENDO REFLEXÕES SOBRE A EDUCOMUNICAÇÃO

Tiago Silvio Dedoné

1.7 A QUESTÃO ÉTICA NA CONDUÇÃO DE ESTUDOS EMPÍRICOS QUE ENVOLVEM PESSOAS EM ENGENHARIA DE SOFTWARE

Hugo Leonardo Nascimento Almeida

1.8 A INTERFACE ENTRE PESQUISA CIENTÍFICA E A PROBLEMATIZAÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Elisandra Villela Gasparetto Sé

1.9 MEMÓRIAS NA CONSTRUÇÃO DOCENTE: A SALA DE AULA COMO PREÂMBULO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

*Alessandra Carla Guimarães Sobrinho
Alexandre Carlos Guimarães Sobrinho*

1.10 REFLEXÕES SOBRE A DICOTOMIA DOS EFEITOS DAS INSTITUIÇÕES REGULADORAS DO CONHECIMENTO

*Carla Viana Dendasck
Euzébio de Oliveira
Amanda Alves Fecury
Cláudio Alberto Gellis de Mattos Dias*

PARTE II - PROPOSIÇÕES

2.1 A REDE MERCOSUL PARA O FORTALECIMENTO DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A VIVÊNCIA DE DIFERENTES POLÍTICAS EDUCACIONAIS ENTRE BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA

*Anísio Francisco Soares
Maria do Rosário de Fátima Brandão Amorim*

2.2 PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS DE DISCENTES DURANTE O ENSINO MÉDIO: UMA REALIDADE POSSÍVEL

*Cludio Alberto Gellis de Mattos Dias
Carla Viana Dendasck*

2.3 A CIÊNCIA COMO PROCESSO CRIATIVO NA FORMAÇÃO CULTURAL DE UM PAÍS – DESAFIOS ÀS NOSSAS ESCOLAS

*Andréa Velloso
Luciano Luz Gonzaga*

PARTE III- DESAFIOS

3.1 TRANSIÇÃO DO ENSINO MÉDIO PARA O ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE SOBRE OS FATORES QUE INFLUENCIAM NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

*Raimunda Gomes Maciel
Alana da Silva Cruz
Marléa de Nazaré Sobrinho Costa
Eliane Silva e Silva*

3.2 DESAFIOS DA PESQUISA CIENTÍFICA DESENVOLVIDAS NA GRADUAÇÃO NO CENÁRIO “PÓS-PANDEMIA”

*Fernanda Ribeiro Marins
Marcelo Limborço-Filho
Patrick Costa Ribeiro Silva*

3.3 GESTÃO DA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES E DESAFIOS NO PERÍODO DA PANDEMIA DO COVID-19

*Liana Barcelos Porto
Amilson de Araújo Durans*

3.4 OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO CIENTÍFICA E PENSAMENTO CRÍTICO NO ENSINO SUPERIOR DA ENFERMAGEM

Daniela da Silva Santos

3.5 DESAFIOS ENFRENTADOS NO FOMENTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) PRIVADAS NO BRASIL

*Walber Goncalves de Souza
Leonardo de Amorim Sathler
Raquel Carvalho Ferreira*

3.6 OS DESAFIOS DO ENSINO DE BIOFOTÔNICA NO BRASIL

*Rosane de Fátima Zanirato Lizarelli
Vanderlei Salvador Bagnato*

3.7 DESAFIOS E ABORDAGENS NO CAMPO DA ARQUITETURA-URBANISMO NA CONTEMPORANEIDADE: O CASO DOS ÍCONES ARQUITETÔNICOS SOB A PERSPECTIVA DE CHARLES JENCKS E JOSEF MARIA MONTANER

Marcelo Sbarra

3.8 OS DESAFIOS DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA DOS ALUNOS DE ENGENHARIA DA FACULDADE ANHANGUERA DE SERRA/ES

Joana Segatto Scabelo

3.9 POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA INCLUSÃO NO CONTEXTO DE ESCOLARES

Marcel Alcleante Alexandre de Sousa

3.10 A COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO COMO BASE PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PESQUISA REALIZADA COM ALUNOS DE ENSINO FUNDAMENTAL

Fábio Peron Carballo

3.11 REFLEXÕES ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS NO BRASIL

Wenis Vargas de Carvalho

Marcio Hollosi

Lourival José Martins Filho

PARTE IV – EXEMPLOS PRÁTICOS

4.1 AVIFAUNA COMO FERRAMENTA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: BASES CONCEITUAIS

Patrick Rodrigues Fleury Cabral

Josué Ribeiro da Silva Nunes

Sérgio Tosi Cardim

4.2 CONHECIMENTO DO USO DE PLANTAS MEDICINAIS DA COMUNIDADE JOAQUIM DO BOCHE, SITUADA NO MUNICÍPIO DE TANGARA DA SERRA – MT

Josué Ribeiro da Silva Nunes

Julieth Almeida de Castro

Rogério Benedito da Silva Añez

Patrick Rodrigues Fleury Cabral

Nasson Delgado de Arruda

4.3 TECNOLOGIA DE SEMENTES NA IMPLANTAÇÃO DE HORTA: UMA PERSPECTIVA SOBRE SUSTENTABILIDADE E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Izael Oliveira Silva

Jackson Vitor dos Santos

Janaína Firmina dos Santos

Gabriel Silvestre dos Santos

Thamara Suzany da Silva Izario

Paulo Henrique dos Santos

Maria Eduarda Gouveia Costa Guimarães

**PARTE V- PROBLEMAS QUE AFETAM A CONSTRUÇÃO DO
CONHECIMENTO ACADÊMICO E CIENTÍFICOS NO BRASIL, DIRETA E
INDIRETAMENTE**

**5.1 VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DIREITOS
HUMANOS E LIBERDADE**

Sidelmar Alves da Silva Kunz

Norma Lucia Neris de Queiroz

Josiene Camelo Ferreira Antunes

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

APRESENTAÇÃO

A construção do conhecimento acadêmico e científico no Brasil apresenta problemas estruturais de origem histórica. No entanto, não se pode negar que em um mundo onde a tecnologia e a velocidade dos acontecimentos, associados as ambiguidades e tensões globais, nos coloca, como pesquisadores e professores, a necessidade de servir como intermediadores, e, talvez emancipadores de uma nova forma de conceber e transmitir esses conhecimentos.

Assim, os desafios agora perpassam tanto pela esfera estrutural, quanto global e pessoal. Nessa obra, que tem como missão tecer algumas reflexões, desafios e proposições sobre o conhecimento científico no Brasil, a partir das experiências e operações realizadas por pesquisadores, professores e alunos.

Esta, está dividida em cinco partes, e, em cada uma delas, é possível fazer uma análise profunda, além, de aprender com aqueles que estão à frente na transmissão do conhecimento acadêmico e científico brasileiro, com olhares e experiências que variam desde o Ensino Infantil, até a Pós-graduação. Desde a reflexão, até o campo prático.

A riqueza do corpo de pesquisadores Multi e Interdisciplinares, que compõem o corpo editorial e avaliativo da Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, é capaz de trazer um valor sem igual para todos aqueles que se preocupam em compreender os desdobramentos que estão sendo realizados, e, que tendem a nortear o futuro do conhecimento.

Boa leitura

Carla Viana Dendasck

1.3 AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E SUAS ORIGENS: DA CONCEITUAÇÃO AOS EQUÍVOCOS

Michele Aparecida Cerqueira Rodrigues¹

DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/livros/696

A educação passou ao longo dos anos por constantes processos de reformulação diante dos cenários políticos e sociais. Com a chegada dos jesuítas ao Brasil, iniciou-se o primeiro processo de alfabetização para adultos. A partir da Independência, foram criadas as primeiras políticas públicas com educação gratuita para todos os cidadãos. Após a Proclamação da República, surgiram as primeiras ideias de unificação de currículo em âmbito nacional, privilegiando a educação bancária. Com a Escola Nova, a educação ganhou fôlego, porém somente a partir de Paulo Freire houve a preocupação de ter o estudante como centro do processo educacional (CHAVES, FERREIRA e FERREIRA, 2021).

Desde 2008, com a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), existe uma discussão sobre a adequação dos processos para atender a diversidade no Brasil, sob a ótica da qualidade de ensino. Por consequência, foram elaborados os decretos para o Atendimento Educacional especializado (2008 - Decreto Nº 6.571), as novas diretrizes para o público-alvo da Educação Especial (2011 - Decreto Nº 7.611) e as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014.

As leis e decretos serviram como fundamentações para a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na qual ampliou-se a perspectiva inclusiva da educação, visando a formação integral do sujeito. Esse olhar permitiu a expansão do número de estudantes com laudos médicos matriculados na rede de ensino regular. Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2020 (BRASIL, 2021), houve um aumento de cerca de 34,7% no número de matrículas dos estudantes público-alvo da Educação Especial² nas classes comuns, entre 2016 e 2020.

¹ Neuropsicopedagoga e Psicanalista; Doutora em Educação; Doutoranda em Neurociências pela Logos University International; Atuação como coordenadora e professora no CBI of Miami; Pesquisadora no Departamento Internacional de Antropologia e Religião da Logos University International; Pesquisadora voluntária no grupo de pesquisa GEPECUMA - Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura, Memória e Arte (UNESP - PUC/SP); Pesquisadora voluntária no Departamento de Psicologia da Universidad del Flores (UFLO).

² O público-alvo da Educação Especial é composto por pessoas com deficiências, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação.

Uma pesquisa encomendada pelo Instituto Alana e, realizada pelo Instituto Datafolha em 2019, demonstrou que 86% das pessoas concordam que a escola se torna melhor ao incluir pessoas com deficiência. Em contrapartida, 42% defendem que isto pode atrapalhar no desenvolvimento dos demais colegas (ALANA, 2021).

E o professor, como fica em meio a estes acontecim

entos? 70% acreditam que a educação na perspectiva inclusiva é benéfica para todos os estudantes. Por outro lado, 40% nunca fez nenhum curso relacionado ao tema (IRM, 2022). Sendo assim, entende-se que os docentes necessitam de atualização constante frente a diversidade presente em sala de aula. Desta forma, em consonância as novas demandas do acolhimento à diversidade, o Ministério da Educação (MEC) disponibiliza através do portal AVAMEC uma série de cursos de formação continuada gratuitos para os professores, dentre eles “Atualização em acolhimento de imigrantes e refugiados”, “Como regular as emoções na sala de aula?” e “Bem-estar no contexto escolar”.

O panorama atual, pede uma visão para além dos laudos médicos do público-alvo da Educação Especial. O docente deve compreender que as dificuldades de aprendizagem podem atingir qualquer pessoa, independente da condição de saúde, de gênero, de credo etc. Nesta perspectiva, diversos fatores interferem no processo de aquisição da informação, dentre eles os orgânicos (transtornos e deficiências não relacionados ao processo de aprendizagem: Dificuldades de Aprendizagem – DA), os específicos (Transtornos Específicos de Aprendizagem – TEAp: dislexia, disortografia e discalculia), os psicógenos (traumas e conflitos internos) e os ambientais (externos ao sujeito: moradia, trabalho, participação social etc.) (PAÍN, 1985).

Com base neste exposto, a análise da produção científica para entender o cenário destas interferências se faz importante a fim de promover ao docente as ferramentas necessárias a compreensão das causas para então, flexibilizar as práticas no ambiente escolar.

Conceitos relacionados as diferentes origens das dificuldades de aprendizagens

Ao pesquisar os termos "dificuldades de aprendizagem" e "transtornos específicos de aprendizagem" na plataforma de busca Redalyc³, baseando-se no período de entre 2017 e 2022, foram encontradas 19 pesquisas acerca do tema. As áreas de pesquisa estavam concentradas em educação, psicologia e saúde. Após aplicação do filtro “educação” restaram 11. Os materiais

³ Sistema de informação científica aberto que reúne pesquisas de 31 países, com maioria nos idiomas inglês, espanhol, francês e português. O Brasil possui em torno dez mil autores cadastrados na plataforma representando 10,4% do total de publicações.

refletem uma incidência predominante de publicações em 2020, 63,7% do total. Além disso, a leitura dos resumos demonstrou um foco maior nas questões relacionadas a visão pedagógica em detrimento a visão médica.

As mudanças de paradigmas revelam a preocupação no entendimento das necessidades dos estudantes frente à diversidade por parte do professor regente nas classes comuns. Para efeitos de categorização, separou-se os assuntos de acordo com os fatores que interferem no processo de aprendizagem descritos por Paín (1985).

Fatores específicos

Dentro desta categoria estão os Transtornos Específicos de Aprendizagem (TEAp), segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, 2014) para que seja considerado TEAp, as dificuldades de aprendizagem devem persistir por mais de seis meses e não serem derivadas de outros transtornos, lesões ou deficiências. Eles estão divididos em: TEAp com prejuízo na leitura (dislexia), TEAp com prejuízo na escrita (disortografia) TEAp com prejuízo na matemática (discalculia).

Existem três níveis de gravidade que devem ser especificadas no diagnóstico: leve (alguma dificuldade para aprender habilidades acadêmicas e necessita de adaptações pontuais), moderada (dificuldade acentuada para aprender habilidades acadêmicas e necessita de adaptações constantes), grave (dificuldade grave para aprender habilidades acadêmicas e necessita de adaptações consideráveis).

Dislexia é um TEAp com prejuízo na leitura causadora de dificuldades na “precisão da leitura, velocidade ou fluência da leitura e compreensão da leitura” (DSM-V, 2014, p. 67). Eliassen e Santana (2020) leem a dislexia como uma “doença do não aprender”, advinda das mudanças trazidas pelo DSM-V, uma vez que não há menção dos profissionais que farão a intervenção e a maneira como será feita. Devido as características, comumente os déficits se apresentam na conversão fonêmica e grafêmica que, por consequência, ocasionam déficits na ortografia. Por isso, a dislexia e a disortografia são vistas em co-ocorrência (CHIARAMONTE e CAPELLINI, 2022). Tipos de dislexia: visual, auditiva e mista.

Disortografia é um TEAp com prejuízo na escrita causadora de dificuldades na “precisão na ortografia, precisão na gramática e na pontuação e, clareza ou organização da expressão escrita” (DSM-V, 2014, p. 67). Os déficits na aprendizagem ortográfica iniciam na alfabetização quando a criança tende a trocar grafemas. Apesar de aparentemente normal no início, o professor deve se atentar a persistência destas trocas culminando em frases mal estruturadas com repetição ou ausência de palavras e erros de pontuação. Tipos de disortografia: temporal, perceptivo-

cinestésica, cinética, visuo espacial, dinâmica, semântica e cultural (VIANA e VIANA JÚNIOR, 2017).

Discalculia é um é um TEAp com prejuízo na matemática causadora de dificuldades no “senso numérico, memorização de fatos aritméticos, precisão ou fluência de cálculo e precisão no raciocínio matemático” (DSM-V, 2014, p. 67). A falta de aptidão para lidar com cálculos aritméticos envolve alterações em determinadas funções cerebrais, incluindo memória e percepção visual. Já na Educação Infantil, a criança pode apresentar sintomas através de déficits no pensamento abstrato, raciocínio lógico e quantificação, por exemplo (VIANA e VIANA JÚNIOR, 2017). Tipos de discalculia: verbal, lexical, gráfica, operacional, ideognóstica, practognóstica.

Fatores orgânicos, ambientais e psicógenos

Os fatores orgânicos interferem na aprendizagem causando dificuldades derivadas de lesões ou desordens corticais, funcionamento glandular, nutrição inadequada, privação de sono, etc. Portanto, qualquer distúrbio que afeta o organismo influencia no processo de aprendizagem ocasionando dificuldades de aprendizagem (PAÍN, 1985). Assim, para haver o desenvolvimento adequado da aprendizagem a criança precisa que o mesmo aconteça com as esferas motora, cognitiva e emocionais.

Lordão, *et al.*, (2022) ressaltam a fundamentalidade de reconhecer os fatores preponderantes na DA detectada, pois o contrário culmina na demora da detecção de um possível TEAp. Corroborando a esta preocupação, a Política Nacional de Alfabetização (PNA), tem como uma de suas diretrizes o incentivo a detecção precoce de possíveis transtornos (FRANGELLA, 2020). Uma criança que possui dificuldades de alfabetização, por exemplo, possui um leque de possibilidades de origem, dentre elas o Transtorno do Processamento Auditivo Central (TPAC) gerador de uma disfunção no tratamento das informações recebidas pela audição. Silva e Godoy (2020) sugerem que para estes casos, sejam realizadas sessões para o desenvolvimento das habilidades auditivas e fonológicas.

Em contrapartida, a detecção precoce provocou um aumento considerável de laudos médicos. O número de casos de Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) tiveram um aumento significativo nos últimos anos. Para se ter uma ideia, nos Estados Unidos entre 2000 e 2014 houve um aumento de 150% nos casos de TEA (SALGADO *et al.*, 2022). Oliveira, Silva e Baptista (2020, p. 2813), exemplifica que se “*um aluno possuir dificuldades em lógica-matemática e dificuldades associadas à atenção poderá facilmente ser avaliado como possível aluno com TDAH ou discalculia*” o que nem sempre será verídico.

Algumas situações mascaram as DA, como é o caso da dupla-excepcionalidade na qual o sujeito tem ao mesmo tempo Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) e um tipo de transtorno concomitantes. A identificação da AH/SD se torna prejudicada e acaba por privar a pessoa do atendimento educacional adequado (PEREIRA & RANGNI, 2021).

As DA são abordadas em vários centros educacionais por pesquisadores de todo Brasil. Apoiando o embasamento dos docentes na mudança de suas práticas diminuindo as barreiras atitudinais (SILVA & ANDRADE, 2019). Essas por sua vez, são um dos fatores ambientais que contribuem negativamente na aprendizagem. Ademais, tem-se as limitações ou supressões das necessidades básicas como moradia, emprego, acesso à escola, pobreza entre outros.

Neste sentido, as Políticas Públicas se fazem urgentes no cenário educacional a fim promover a equidade e a qualidade na educação (OLIVEIRA & DELOU, 2020). No Mato Grosso do Sul, por exemplo, estudantes indígenas com deficiência, foram incluídos nas escolas indígenas após a obrigatoriedade da aplicação da legislação brasileira (BATISTA, COSTA & DENARI, 2020).

Em 2020, durante a pandemia do COVID-19, crianças deixaram de frequentar a escola presencialmente desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Desta forma, lugares onde antes as Políticas Públicas já eram ineficazes, a situação se deteriorou significativamente. As minorias foram as mais prejudicadas, a citar as regiões pantaneiras, aonde as crianças vão para a escola em barcos ou a pé, que ficaram praticamente sem acesso à educação no período de quarentena (NOZU & KASSAR, 2020).

Por consequência, constatou-se reflexos expressivos com o retorno das aulas presenciais. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Ayrton Senna mostrou que 70% dos estudantes, do 5º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, desenvolveram depressão ou ansiedade. Além disso, a dificuldade de concentração está presente em 33% dos jovens (IAS, 2022). Nesta perspectiva, os fatores psicógenos ocorrem em duas situações, por meio de um represamento de algo ruim acontecido com o sujeito ou um sintoma deste. Assim, os fatores orgânicos e ambientais são consideráveis no aparecimento de traumas e conflitos externos.

Conclusões

Ao longo da evolução da educação as Políticas Públicas surgiram com o intuito de garantir a execução dos direitos das minorias. A PNEEPEI veio para reforçar a importância de olhar para a diversidade, ampliando o acesso das pessoas público-alvo da Educação Especial e permitindo a criação de leis e decretos posteriores. Todos os estes utilizados como fundamentação para a criação da BNCC.

O olhar holístico para o sujeito da BNCC, permite a compreensão de sua pluralidade e do seu processo de aprendizagem. Desta maneira, o docente necessita atentar-se para todos os fatores interferentes no aprendizado: orgânico, específicos, psicógenos e ambientais. As pesquisas demonstram preocupação na formação continuada do professor, e trazem subsídios relevantes. Uma vez que as dificuldades de aprendizagem se apresentam a qualquer momento, informar-se a respeito para o diagnóstico precoce favorecerá o processo de desenvolvimento do estudante.

Cabe ressaltar os impactos socioemocionais provocados pelo diagnóstico de transtornos na escola, na família e na criança, pois ao mesmo tempo que as respostas para determinados comportamentos parecem justificar os déficits por outro lado isso pode causar preconceitos. Ademais, a busca incessante por “categorização” traz a tona um inchaço no número de diagnósticos, por vezes incorretos.

Sendo assim, o trabalho em conjunto entre governantes, especialistas, professores, família e discentes vê-se como crucial para atingir uma educação equitativa, igualitária e de qualidade presente nas diversas Políticas Públicas existentes e que nem sempre são aplicadas adequadamente.

Referências

ALANA. *O que a população brasileira pensa sobre a educação inclusiva*. Instituto Alana [online]. São Paulo: Instituto Alana, 2021. Disponível em: https://alana.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Pesquisa-Datafolha_o-que-a-populacao-brasileira-pensa-sobre-educacao-inclusiva.pdf. Acesso em: 27 dez. 2022.

BATISTA, Geisa Cristina; COSTA, Maria da Piedade Resende da & DENARI, Fátima Elisabeth. Ações de políticas públicas da educação especial nas escolas indígenas acreanas. *Revista Educação Especial*, v. 33, s. n., p. 1–23, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X42075>. Acesso em: 29 dez. 2022.

BRASIL. *Censo da Educação Básica 2020: notas estatísticas*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, DF: INEP, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 27 dez. 2022.

CHAVES, Ana Lúcia Ferreira; FERREIRA, Roberto Lúcio & FERREIRA, Laudirene Santana de Sousa. Contextualizando a Educação no Brasil, sua influência no processo histórico. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 04, n. 01, p. 61-74. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/processo-historico>. Acesso em: 27 dez. 2022.

CHIARAMONTE, Thaís Contiero & CAPELLINI, Simone Aparecida. Desempenho ortográfico de escolares com dislexia e dificuldades de aprendizagem. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 17, n. 1, p. 314-327, jan-mar 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i1.14610>. Acesso em: 27 dez. 2022.

DSM-V. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ELIASSEN, Elisabeth da Silva & SANTANA, Ana Paula de Oliveira. O discurso sobre a Dislexia no DSM-5 e suas implicações no processo de medicalização da educação. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 15, n. esp. 5, p. 2883-2898, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp5.14564>. Acesso em: 27 dez. 2022.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. “Ou isto ou aquilo: ou isto ou aquilo... e vivo escolhendo o dia inteiro!” – Currículo e alfabetização para além das evidências. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v.25, e204880, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2318>. Acesso em: 29 dez. 2022.

IAS. *Mapeamento aponta que 70% dos estudantes de SP relatam sintomas de depressão e ansiedade*. Instituto Ayrton Senna [online]. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 2022. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/noticias/mapeamento-aponta-que-70-dos-estudantes-de-sp-relatam-sintomas-de-depressao-e-ansiedade/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

IRM. Maioria dos professores é a favor da educação inclusiva, revela pesquisa. Instituto Rodrigo Mendes [online]. São Paulo: Instituto Rodrigo Mendes, jul. 2021. Disponível em: <https://institutorodrigomendes.org.br/estudo-educacao-professores/>. Acesso em: 27 dez. 2022.

LORDÃO, Hanna Padilha; TEIXEIRA, Cleide Fernandes; CAVALCANTE, Manoelina Xavier; MELO, Jéssica Katarina Olímpia de; QUEIROGA, Bianca Arruda Manchester de. Relação das habilidades auditivas e linguísticas com a aprendizagem: O olhar do professor. *Revista*

Portuguesa de Educação, v. 35, n. 1, p. 84–101, 2022. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/20795>. Acesso em: 29 dez. 2022.

NOZU, Washington Cesar Shoiti & KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Escolarização de crianças e adolescentes pantaneiros em tempos de COVID-19. *Práxis Educativa*, v. 15, s. n., p. 1–21, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.16193.080>. Acesso em: 29 dez. 2022.

OLIVEIRA, Anié Coutinho de; SILVA, Carla Maciel da & BAPTISTA, Claudio Roberto. Infância e medicalização da vida: uma análise sobre a produção diagnóstica e seus nexos com os processos de escolarização. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 15, n. esp. 5, p. 2803-2819, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riace.v15iesp5.14559>. Acesso em: 29 dez. 2022.

OLIVEIRA, Wanessa Moreira de & DELOU, Cristina Maria Carvalho. Terminalidade Específica nos Institutos Federais: um panorama. *Revista Educação Especial*, v. 33, s. n., p. 1–36, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X48006>. Acesso em: 29 dez. 2022.

PAÍN, Sara. *Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

PEREIRA, Josilene Domingues Santos; RANGNI, Rosemeire de Araújo. Produções brasileiras sobre dupla excepcionalidade: estado de conhecimento de 2014 a 2020. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, v. 25, n. 2, p. 1084-1105, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22633/rpge.v25i2.15104>. Acesso em: 29 dez. 2022.

SALGADO, Nathalia Di Mase; PANTOJA, Jessica Corrêa; VIANA, Rafael Placeres Ferraz & PEREIRA, Rodrigo Guilherme Varotti. Transtorno do Espectro Autista em Crianças: Uma Revisão Sistemática sobre o Aumento da Incidência e Diagnóstico. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 13, e512111335748, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i13.35748>. Acesso em: 29 dez. 2022.

SILVA, Bruno Santana da & ANDRADE, Adja Ferreira de. Como docentes da UFRN abordaram o tema deficiência em pesquisa e extensão dez anos antes das cotas?. *Educação*, v. 44, s. n., p.1–35, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984644432632>. Acesso em: 29 dez. 2022.

SILVA, Grazielle Franciosi da & GODOY, Dalva Maria Alves. Estudos de intervenção em consciência fonológica e dislexia: revisão sistemática da literatura. *Revista de Educação PUC-Campinas*, v.25, e204921, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v25e2020a4921>. Acesso em: 29 dez. 2022.

VIANA, Rosineide Oliveira & VIANA JUNIOR, Carlos Alberto da Cruz. Dificuldades de Aprendizagem no Processo de Alfabetização e Letramento nas Séries Iniciais. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 16. p. 235-251, mar 2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/dificuldades-de-aprendizagem>. Acesso em: 27 dez. 2022.